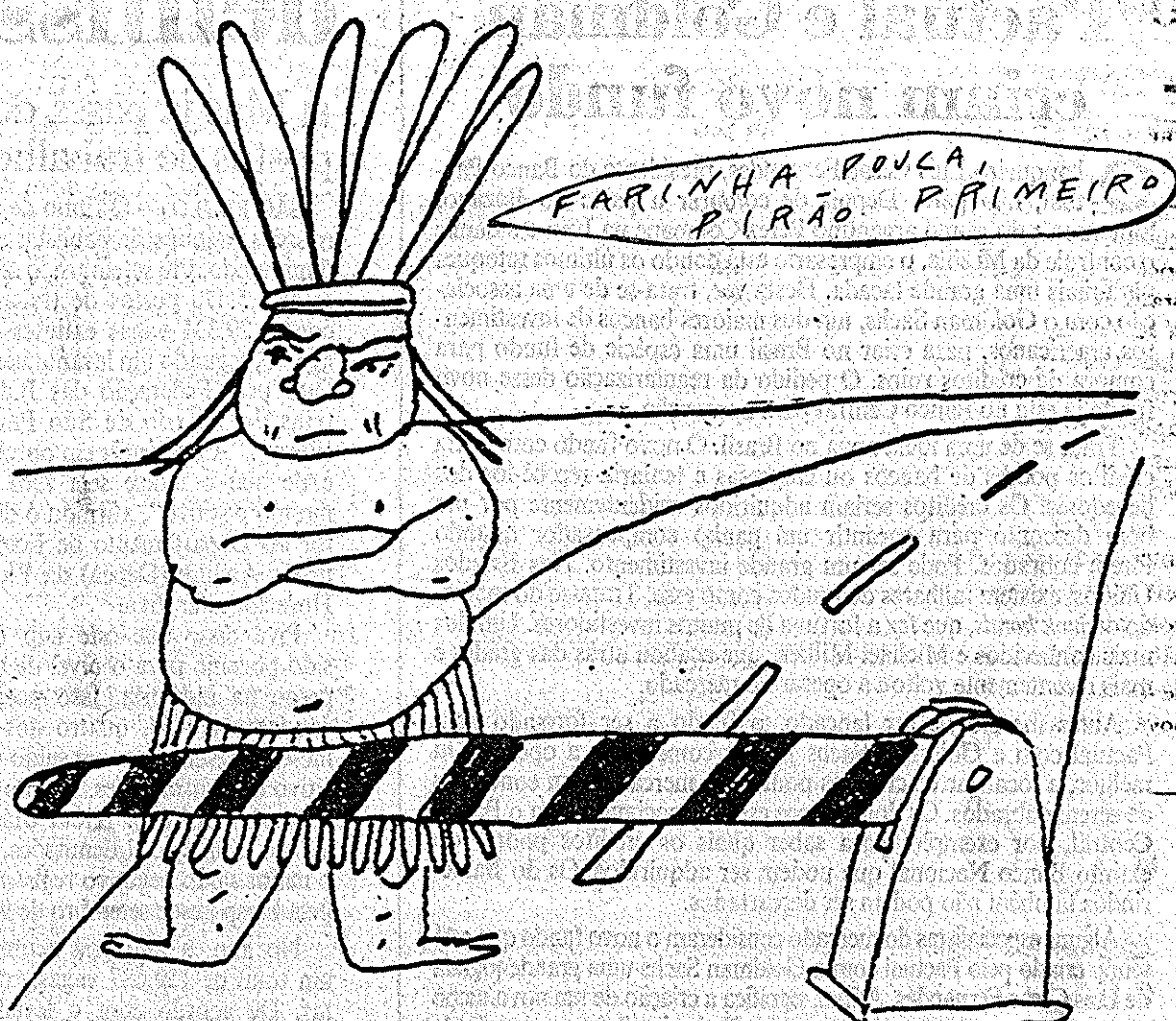




Índio quer mais dinheiro

■ Waimiri-atroari enfrentam a Paranapanema

VERA BRANDIMARTE

BRASILIA — “Se não pagar não passa.” Com esse ultimato, os índios da tribo Waimiri-atroari fecharam ontem a estrada de acesso à maior mina de cassiterita do mundo, a Mina de Pitinga, no Amazonas. A mina pertence à Paranapanema.

O minério extraído de Pitinga responde por dois terços do abastecimento da empresa, que produz anualmente 15 mil toneladas de estanho. A mina fica 300 quilômetros ao norte de Manaus, na divisa da reserva demarcada dos 705 índios Waimiri-atroari. O minério é escoado por uma estrada que corta 45 quilômetros das terras da reserva, até atingir a BR-174, que liga Manaus a Boa Vista.

A decisão da tribo foi tomada depois de uma frustrada tentativa de negociação com os novos controladores da Paranapanema, em relação ao valor pago pela empresa para atravessar as terras indígenas, uma espécie de pedágio.

“Temos com a Fundação Nacional do Índio (Funai) um contrato de licença para passagem pela reserva e um acordo de doação à fundação dos Waimiri-atroari, pelo qual pagamos R\$ 16 mil por mês, mais carros, equipamentos e atendimento médico no hospital de Pitinga. Da Eletronorte, eles recebem outros R\$ 70 mil mensais”, afirma Ricardo Dequesch, diretor da Área de Estanho da Paranapanema.

Negociações — Com a troca de controle acionário da empresa, que pertencia à família Lacombe, os índios quiseram a revisão do acordo. “Eles pediram um valor cinco vezes maior, e nós achamos que era muito. Nossa proposta era uma quantia equivalente aos juros do valor de R\$ 1,6 milhão pago de uma só vez pelo governo federal por outra estrada que também corta a reserva. Daria cerca de R\$ 20 mil por mês”, diz Dequesch.

Complicado demais para os

índios, que pedem algo bem mais simples e que eles poderão controlar. Da mina saem mensalmente 200 caminhões de cassiterita. Eles querem o equivalente a um caminhão por mês, o que daria cerca de R\$ 76 mil mensais. “Eles estão pedindo perto de 0,5% do valor do minério extraído, algo bem menor que os 2% normalmente exigidos das mineradoras pelos proprietários da terra onde elas estão atuando”, afirma Porfírio Carvalho, indigenista e funcionário aposentado da Funai que está entre os Waimiri-atroari desde os primeiros contatos com a tribo, nos anos 70. Um contato difícil, marcado por muitas mortes diante da resistência da tribo que, até hoje, é uma das poucas que conseguem manter garimpeiros invasores afastados de suas terras.

Fundos de pensão — Para Carvalho, os fundos de pensão erraram em comprar uma empresa que tinha pendências jurídicas em relação à sua principal mina. Os Waimiri-atroari reclamam a área de 526,8 mil hectares ocupada pela Paranapanema, que faria parte da terra imemorial desse povo indígena, e por isso garantida a eles pela Constituição. No entanto, na demarcação, os limites da reserva de 2,58 milhões de hectares foram somente até a fronteira das terras para as quais a Paranapanema tinha alvará.

As reclamações dos índios em relação aos limites de suas terras vêm desde os anos 80 e, para Carvalho, os fundos deveriam ter se informado sobre o problema. O presidente da Previ, Luiz Vasconcellos, preferiu não entrar nessa polêmica. “Assumi a presidência da Previ em junho e a holding Paranapanema foi criada pela gestão anterior, no início deste ano”, diz ele.

A holding nasceu com a compra, pelos fundos de pensão, da Paranapanema, maior produtora de estanho, Caraíba Metais, única produtora nacional de cobre eletrolítico, Parai-buna, produtora de zinco, e Eluma, produtora de laminados de cobre. “A holding tem gestão profissional e a nós da Previ cabe cobrar resultados

dessa reestruturação do setor de não-ferrosos”, diz Vasconcellos.

Os fundos deveriam, principalmente, ter sido mais flexíveis nas negociações em relação à estrada que passa pela reserva, diz Carvalho. Os antigos controladores não tiveram tanto problema porque, nos anos 80, a Paranapanema não precisava explorar a mina de Pitinga. Sua grande fonte de fornecimento era o garimpo de Bom Futuro, em Ariquemes, Rondônia, onde ela se tornou o único comprador do exército de 13 mil pessoas que garimpavam na área. Hoje, esse garimpo de aluvião está em decadência.

Flechas — “Cansei de dizer à Paranapanema que, mesmo se ela ganhasse na Justiça, estaria perdendo. Você atravessaria de carro as terras dos Waimiri-atroari depois de ter brigado com eles? Com suas flechas de ponta de ferro, eles são exímios atiradores”, diz Carvalho.

O diretor da Paranapanema acha que há exagero em tudo isso. “Já estive com os índios e eles estão aculturados”, afirma Dequesch. A empresa não pensa em retirar da área o contingente de 2.500 empregados e seus familiares. Os índios deram prazo de três dias para os empregados deixarem a mina, usando a estrada. Depois disso ninguém mais passa. A empresa, no entanto, pode usar o campo de pouso, se for necessário.

Dequesch afirma que a Paranapanema tem estoque de estanho para cumprir seus compromissos por quatro meses. Até lá acredita que já se tenha chegado a um acordo com os índios e para tanto está buscando a intermediação da Funai.

A alternativa da Paranapanema para não usar a estrada que corta a reserva seria ou construir uma outra estrada ou tirar o minério por balsas, que desceriam quatro horas pelo Rio Pitinga até o lago da Barragem de Balbina, para, então, alcançar a estrada. Mas essas saídas não seriam garantia de que a relação com os vizinhos estaria resolvida.

Conflito afeta preço das ações

LIANA VERDINI

Os problemas da Paranapanema com os índios acabaram repercutindo nas bolsas de valores. Só ontem, as ações preferenciais (sem direito a voto) da mineradora caíram 2,79%, a terceira maior baixa

entre as ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Na sexta-feira, estes papéis, justamente os preferidos dos investidores, chegaram ao fim do pregão cotados a R\$ 7,15 o lote de mil ações, pouca coisa abaixo do fechamento de quarta-feira. Na véspera das eleições, as ações estavam cotadas a R\$ 7,20, uma alta de 1,4%.

Ontem, depois dos problemas com os índios na área onde está a principal mina da companhia (Pitinga), os papéis desceram a ladeira. De fato, as

ações já começaram o pregão com um preço 2,1% mais baixo do que o de sexta-feira. As ações preferenciais abriram o pregão valendo R\$ 7 e depois só caíram. Os preços baixaram até R\$ 6,90. No fim das negociações, as ações recuperaram um pouco e fecharam a R\$ 6,95. Mas não houve um movimento intenso de negócios em torno do papel. Os investidores apostam que a formação de uma grande companhia mineradora trará mais lucros do que os prejuízos causados pelos índios.